

“Como ordenar o que não pode ser ordenado?”: criação de regras de uso do Espaço Sagrado da Curva do S (Parque Nacional da Tijuca/Rio de Janeiro)

ROBERTA MACHADO BONIOLO

Universidade Federal Fluminense, Niteroi, Rio de Janeiro, Brasil

DOI 10.11606/issn.2316-9133.v27i1p39-58

resumo Trata-se de uma etnografia realizada com o grupo Elos da Diversidade (Secretaria do Estado do Ambiente do Rio de Janeiro), durante o período de novembro de 2012 a março de 2014, cujo objetivo seria o de regulamentar uma área cogerida pelo Parque Nacional da Tijuca (Rio de Janeiro), conhecida como Curva do S. Neste local foi planejada a criação do Espaço Sagrado da Curva do S a fim de diminuir os conflitos motivados pelas práticas dos rituais às deidades afro-brasileiras entre religiosos e funcionários do parque. O artigo tem como objetivo refletir sobre algumas especificidades na criação de uma política pública para grupos religiosos afro-brasileiros, a partir da dinâmica entre a escrita, linguagem característica das instituições estatais, e a oralidade, modo por excelência como o conhecimento é transmitido entre os religiosos afro-brasileiros, na criação das regras de uso do Espaço Sagrado da Curva do S.

palavras-chave práticas rituais, política pública; administração de conflitos; Espaço Sagrado da Curva do S; Parque Nacional da Tijuca

How to order what can not be ordered? Creation of rules of use of the sacred space of the Curva do S (Parque Nacional da Tijuca, Rio de Janeiro)

abstract The ethnography fieldwork focused the Elos da Diversidade's members (Secretaria do Estado do Ambiente do Rio de Janeiro), between November 2012 to March 2014, whose goal was a regulatory policy in a specific area at Tijuca National Park (Rio de Janeiro), known as Curva do S. In this place was designed the Espaço Sagrado of Curva do S project in order to reduce the conflicts between religious and Tijuca National Park's employees motivated by ritual practices to Afro-Brazilian deities. This article aims to reflect about the specific conditions in creating public policy to Afro-Brazilian religion groups based on the dynamics between writing, language characteristic of the state

institutions, and the orality, mode of transmission of knowledge par excellence among Afro-Brazilian religious in the creation of the rules of use of Curva do S sacred space.

Keywords ritual practices; public policy; conflict management; Espaço Sagrado da Curva do S; Tijuca National Park

Introdução

Entre novembro de 2012 a março de 2014, presenciei as reuniões do grupo Elos da Diversidade – formado por religiosos de umbanda e candomblé, professores universitários e funcionários da Secretaria do Estado do Ambiente do Rio de Janeiro – com o objetivo de acompanhar as discussões acerca da regulamentação de uma área cogerida pelo Parque Nacional da Tijuca, conhecida como Curva do S, para a legitimação do seu uso por religiosos afro-brasileiros. A metodologia da pesquisa se baseou na observação e acompanhamento das reuniões semanais e eventos¹ organizados pelos membros do Elos da Diversidade para promover o projeto de construção do Espaço Sagrado da Curva do S.

Este projeto, como veremos a seguir, foi idealizado na década de 1990 como um meio de “diminuir” os conflitos entre religiosos afro-brasileiros e funcionários do parque motivados pelas oferendas, como são conhecidas as práticas religiosas com o uso de alimentos e bebidas.

Nos cultos afro-brasileiros, a liturgia dos rituais está baseada numa relação triangular entre homens-deuses-ancestrais mediada por alimentos, bebidas, plantas e objetos de ritos específicos a cada divindade e entregues nos seus respectivos lugares de morada (CORRÊA, N., 2005; PRANDI, 1997; NADALINE, 2009; VOGEL; MELLO; PESSOA DE BARROS, 2012). Na preparação das oferendas são observadas as indumentárias, os alimentos, os recipientes, os instrumentos musicais, os animais, as bebidas, as flores, as frutas, as ervas, os temperos, as velas, os defumadores, os banhos, entre outros objetos. A cada elemento é destinada atenção e cuidado aos detalhes porque este item sozinho ou em conjunto “circunscreve a persona da divindade” (VOGEL; MELLO; BARROS, 2012, p. 18).

¹ Os eventos foram organizados na Praia de Copacabana, Parque Nacional da Tijuca e terreiros dos membros do Elos da Diversidade, além de outras festividades que o grupo apoiava. Cabe destacar que a minha presença nos terreiros era para acompanhar as discussões sobre a criação das regras do Espaço Sagrado e não os rituais, incluindo a preparação das oferendas e a entrega nos espaços naturais.

No espaço público, as oferendas são responsáveis por dar visibilidade aos rituais privados, posto que serão dispostas em locais de preferência das deidades (SANTOS, 2005). Tais locais, segundo Vagner Gonçalves da Silva (2000), são justificados, muitas vezes, pelos mitos narrados pelos sacerdotes ou por acreditarem que naquele local encontra-se a energia da deidade. É na interseção dos domínios públicos e privados, que nem sempre tem seus limites definidos e claros para os envolvidos, que emergem os conflitos entre os religiosos afro-brasileiros e praticantes de outras religiões, membros de grupos ambientalistas e agentes públicos que veem as práticas rituais como atividades demoníacas, de maus-tratos aos animais ou poluidores da natureza, impondo-lhes constrangimentos no acesso e uso do espaço público (BONIOLO, 2014; CARVALHO, 1999; ORO, 2006; RENO, 2011; SILVA, M., 2012; SILVA, V., 2000). Por isso, a escolha de pontos propícios na cidade para a realização do ritual, seja pelos elementos naturais encontrados, pela segurança e/ou pela privacidade é tão importante quanto a liturgia, como afirma Silva (2000). Estes elementos também eram considerados pelos integrantes do Elos da Diversidade no momento da realização da oferenda. Ponderavam, igualmente, a beleza natural do lugar, que deveria proporcionar ao religioso sentir de forma mais intensa a “energia” da deidade e a facilidade de acesso, priorizando os lugares próximos às estradas.

Nos quase 20 anos de existência do projeto de criação do Espaço Sagrado, muitas pessoas participaram das discussões acerca da presença de oferendas nas áreas do PNT. Algumas participaram desde o início e se integraram ao Elos da Diversidade; outras entraram posteriormente e há aquelas que deixaram de fazer parte. Nesse decurso, o Elos foi o que mais se aproximou da concretização do projeto.

Criado em 2011, o Elos da Diversidade deve ser compreendido como parte do processo de tentativa de implementação do projeto de criação do Espaço Sagrado da Curva do S. A maioria dos membros participou em algum momento das discussões referentes às oferendas no PNT ou em outros parques públicos no Rio de Janeiro. Quando um dos integrantes assumiu o cargo de superintendente de educação ambiental na Secretaria do Estado do Ambiente (SEA), o projeto tornou-se parte de uma política pública transformando a demanda de alguns religiosos em uma pauta do governo. Além da implementação do projeto Espaço Sagrado da Curva do S, os membros do Elos focavam

na criação das regras de uso, uma vez que o local está situado nas cercanias de um parque nacional.

Para esse trabalho, pretendo focar na construção das regras de uso do Espaço Sagrado por suscitar reflexões sobre as particularidades em se construir políticas públicas para religiosos afro-brasileiros por haver a necessidade de se levar em consideração a ação de suas divindades. Desse modo, proponho refletir sobre a relação entre a escrita – linguagem característica das instituições estatais – e a oralidade – modo por excelência como o conhecimento é transmitido entre os religiosos afro-brasileiros – na criação das regras de uso pelos representantes do Estado em parceria com os religiosos. Argumento que a construção das regras está assentada na passagem desses dois registros de conhecimento para garantir a legitimação da demanda.

Para isso, ressalto a importância de pensar a dinâmica dessas duas esferas de produção de conhecimento nas ações dos membros do Elos da Diversidade, visto que eram competências que todos os membros precisavam dominar ou aprender, a fim de se garantir o andamento do projeto. Muito mais do pensar essa relação em termos dicotômicos, sigo a perspectiva adotada por Castillo (2010), na qual a escrita e a oralidade funcionam como mecanismos de produção de visibilidade e invisibilidade destas religiões em cada contexto.

Espaço Sagrado da Curva do S: projeto, lugar e política pública

O Parque Nacional da Tijuca (PNT)² é uma modalidade de unidade de conservação³ que não permite nenhuma prática que cause danos aos recursos naturais daquele ecossistema ou à paisagem, sendo apenas permitidas atividades para fins educacionais, científicos, recreativos e turísticos. Norteados por esta perspectiva, os funcionários do PNT impediam que os religiosos depositassem as oferendas nas florestas e cachoeiras do parque por entenderem que as mesmas ocasionavam “impactos” ao meio ambiente.

No final da década de 1990, diante das restrições de acesso aos espaços do PNT, representantes de ONGs, professores universitários, religiosos afro-brasileiros e

² O Parque foi criado pelo governo federal em 1961, como Parque Nacional do Rio de Janeiro. Em 1967, o nome foi alterado para Parque Nacional da Tijuca. O Parque e o seu entorno são internacionalmente conhecidos pelas atrações turísticas e pelas “belezas naturais” da Mata Atlântica: o Cristo Redentor, a Pedra da Gávea, o Jardim Botânico, o Parque Lage, a Floresta da Tijuca, entre outros setores fazem parte dos 3.958, 38 ha de superfície do Parque (PLANO DE MANEJO, 2008), localizado entre os bairros das zonas sul, oeste, norte e centro da cidade do Rio de Janeiro.

³ São áreas consideradas relevantes por sua paisagem ou pelos recursos ambientais encontrados na localidade, dependendo da modalidade admite o uso, ou não, dos recursos. A modalidade parque nacional não admite o uso.

funcionários do parque passaram a discutir a temática da oferenda com o objetivo de encontrar maneiras de garantir que os direitos constitucionais dos religiosos fossem assegurados, e que, ao mesmo tempo, os direitos de proteção do PNT fossem mantidos⁴. Após as mobilizações iniciais para garantir o acesso dos religiosos às áreas do parque, foi criado pelas coordenações de educação ambiental e de cultura do PNT, à época, o projeto Meio Ambiente e Espaço Sagrado (NASCIMENTO, 2006).

Em um primeiro momento, as coordenadoras buscaram compreender como as diversas religiões que usavam o parque se relacionavam com o meio ambiente. Em seguida, foram realizados seminários para debater o tema das oferendas dentro de uma unidade de conservação (COSTA, 2008; NASCIMENTO, 2006). No primeiro seminário foi idealizada pelos participantes a criação de um espaço, fora do parque, destinado a realização das oferendas. A construção desse espaço foi vista como uma possibilidade de diminuir os conflitos motivados pelas oferendas e reconhecer o direito dos religiosos de usar a natureza para as suas práticas rituais, ainda que o lugar escolhido não estivesse dentro do parque (NASCIMENTO, 2006).

Mesmo nos limites no PNT, a Curva do S não foi a primeira opção dos atores dessas discussões. No entanto, acabou sendo escolhida por abrigar os elementos naturais considerados pelos religiosos e participantes dos seminários como indispensáveis aos rituais, como pedra, água, árvores e, principalmente, pela privacidade. Ainda que localizada às margens de uma avenida, o lugar fica protegido do olhar de quem passa pela estrada. Assim, a Curva do S foi eleita para sediar o primeiro espaço sagrado público da cidade do Rio de Janeiro. O local que já era frequentado pelos religiosos, ganharia uma infraestrutura que permitiria aos usuários mais “conforto” e “dignidade”.

O projeto de criação do Espaço Sagrado consiste em reformular o interior da Curva do S para melhorar as condições das práticas rituais. Desde o primeiro croqui até a maquete apresentada pelo Elos da Diversidade em 2013, foram planejados banheiros, telefone público, composteira, vestiários, bancos, construção de rampas para facilitar o acesso de deficientes físicos e idosos, coleta regular de lixo e um espaço em que pudessem ser realizadas cerimônias, eventos e até oficinas de “reformulação” das oferendas. Nesse sentido, todo o espaço físico da Curva do S foi concebido como um espaço sagrado.

⁴ Para o conhecimento de todas as instituições e pessoas que participaram desse processo, ver Nascimento (2006).

Paralelamente às tentativas de criação da infraestrutura, os atores que participaram desse processo buscavam incentivar o uso de materiais biodegradáveis nas oferendas. Para isso, percorriam casas e terreiros com o propósito de conversar com os religiosos e com as deidades⁵ sobre as possibilidades de alteração dos “procedimentos” adotados nas oferendas. Embora esta etapa tenha acontecido antes do início da pesquisa, pode acompanhar a partir de textos e lembranças apresentadas nas reuniões a maneira como esses encontros foram concebidos.

A seleção dos terreiros foi feita por uma rede de proximidade com os integrantes do projeto e alguns desses terreiros passaram a apoiar posteriormente o Elos da Diversidade. Ampliar as parcerias, principalmente dos religiosos da umbanda e candomblé, era um dos objetivos de todos aqueles envolvidos nos quase 20 anos do projeto com o intuito de legitimar a construção do espaço e das práticas das oferendas em áreas públicas naturais, bem como estimular as ações de “educação ambiental” (COSTA, 2008; NASCIMENTO, 2006) e a criação de regras de uso do espaço sagrado.

Nesse processo, foram produzidos cartilhas e *folders* que incentivavam a “reformulação” dos elementos utilizados na confecção e na disposição ritualística das oferendas na natureza, como a cartilha “OKU ABO - Decálogo das Oferendas”.

O Decálogo foi escrito por integrantes da ONG Defensores da Terra e o templo Ilê Omi Oju Arô, com apoio da Comissão de Defesa do Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ). Referido manuscrito pontua os cuidados que devem ser tomados na escolha do local para a realização da oferenda; os “5 R’s das oferendas: reduzir, reaproveitar, reciclar, responsabilizar e recolher”; o uso de materiais biodegradáveis; e ainda pontos polêmicos entre os próprios religiosos como o uso, ou não, de velas e o tempo mínimo que a oferenda precisa permanecer na natureza. Desse modo, seus criadores focaram a necessidade de se discutir as práticas adotadas nos rituais, levando em conta a importância de se admitir novas atitudes que dialogassem com “os saberes trazidos pelos religiosos e a proteção dos recursos naturais”, ressaltando que a “destruição da natureza” seria resultado desse desconhecimento, e não da religião em si.

Nessa direção, desde as primeiras discussões apresentadas nos seminários realizados no parque, ou em parceria com os funcionários do PNT, os envolvidos no

⁵ As conversas com as deidades aconteciam por meio do jogo de búzios ou nas giras das entidades da umbanda. Durante o trabalho de campo, as conversas não eram publicizadas em detalhes, apenas as dificuldades ou sucessos que os envolvidos no projeto teriam de modo geral.

projeto buscaram construir vínculos entre os conhecimentos dos religiosos “mais velhos”⁶ – na busca de elementos que pudessem reformular as práticas das oferendas, entendidas como uma “volta às origens” – a partir dos conhecimentos técnico-científicos dos ambientalistas. A presença dos “mais velhos” era importante para validar o projeto perante outros religiosos, já que são sacerdotes reconhecidos na região metropolitana do Rio de Janeiro e também ressaltar o uso de objetos biodegradáveis na confecção das oferendas, “como era feito no passado”. Sem o uso do plástico e do vidro, principalmente.

Além disso, os favoráveis ao acesso e uso dos religiosos ao espaço das matas e cachoeiras apostavam na diferenciação dos religiosos dos “simpatizantes”, demarcando aqueles a quem deveriam ser atribuídos os “impactos” na natureza daqueles que desejavam a sua proteção. Garantiam, com isso, o discurso de sacralidade da natureza por parte dos religiosos, a quem atribuíam ainda o dever de cuidar da natureza, já que os “orixás são a própria natureza”, como afirmavam os membros do Elos. Por outro lado, aqueles contrários à presença dos religiosos dentro do PNT, em defesa da proteção da floresta e da água, apontam os danos que as práticas religiosas causavam àquele ambiente.

Quando um dos atores que participou ativamente desse processo foi escolhido para um cargo na Superintendência de Educação Ambiental da Secretaria de Estado do Ambiente (SEAM/SEA), as pessoas favoráveis à criação do espaço sagrado ficaram mais otimistas, passando a ver o momento como o mais favorável para a concretização do planejamento arquitetônico da Curva do S, visto que o projeto havia tornado uma pauta do próprio governo. Nesse momento, foi criado o Elos da Diversidade.

O Elos da Diversidade fazia parte de um dos componentes do Programa Ambiente em Ação da Secretaria do Estado do Ambiente/Superintendência de Educação Ambiental, em parceria com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Recebia apoio, ainda, de diversas instituições religiosas⁷. O Programa tinha por finalidade “apoiar a construção da sustentabilidade ambiental através da articulação, fortalecimento e implementação de políticas públicas voltadas para questões sociais, culturais e ambientais”⁸, sendo

⁶ São os religiosos com mais tempo de iniciação dentro da comunidade religiosa. Nesse contexto, o “mais velho” também coincidia com uma idade avançada.

⁷ Associação de Proteção aos Amigos e Adeptos do Culto Afro-Brasileiro (APAACABE), Casa do Perdão, Grupo de Mulheres Yepondá, Hunkpame Azonwane Savaluno, Ilê Asé Alá Koro Wo, Ilê Asé Efon, Ilê Axé D’Ogum Já, Ilê Axé Xoponã, Ilê Omi Ojuaro, Ilê Omon Legi, Ilê Omolu Oxum, Kupapa Unsaba, Kwegbomy – Doté Dica Ajunsú, Movimento Inter-religioso do Rio de Janeiro (MIR), Omo Aro Cia Cultural, Templo Espiritualista de Jagum, Templo Umbandista Vovó Maria Conga do Congo, Tenda Espírita Caboclo Flecheiro Cobra Coral e União Espiritualista de Umbanda do Brasil.

⁸ Relatório de Atividades do Elos da Diversidade (2011).

constituído por três componentes: “Elos da Diversidade”, “Ambiente saudável é ambiente sem homofobia” e “Eixo Campanhas”. Os dois últimos contavam como apoio a outras secretarias.

O Elos da Diversidade podia ser entendido como um eixo de uma política pública que continha três metas: a implementação do projeto de construção do Espaço Sagrado da Curva do S, a regulamentação do seu uso por meio de regras construídas em conjunto com os religiosos e atividades de educação ambiental, que consistiam em oficinas com a finalidade de debater a reformulação das práticas religiosas e incentivar o uso de elementos biodegradáveis, situando os grupos religiosos dentro de um contexto mais amplo dos discursos ambientalistas de preservação da natureza. Podia ser entendido igualmente como um grupo formado por quatro sacerdotes de umbanda e candomblé, dois professores de universidades públicas, uma equipe de cinco pessoas de apoio administrativo e de eventos e, ainda, por dois funcionários da SEAM/SEA, além de um ex-funcionário do PNT e mais dois religiosos do candomblé responsáveis pelas atividades relacionadas à Curva do S.⁹

Cabe destacar que todos os integrantes do Elos se consideravam pertencentes às religiões afro-brasileiras ou possuíam “respeito” pelas práticas religiosas. Um conjunto de dez religiosos “mais velhos” finalizava a lista dos integrantes. Embora a participação dos “mais velhos” ficasse restrita aos eventos promovidos para o público externo ao Elos, a influência deles era a garantia de credibilidade do projeto perante os religiosos. Eles também eram conhecidos como os Guardiões do Sagrado e da Natureza.

Os dois professores universitários e a superintendente de educação ambiental eram os responsáveis administrativamente e academicamente pelo Programa Ambiente em Ação. Embora todas as etapas fossem discutidas nas reuniões, cabia a eles a decisão final. Também era nas reuniões que o andamento do projeto era apresentado pelos integrantes do Elos da Diversidade, isto é, cada fase era planejada de acordo com um prazo e havia um controle de metas a serem seguidas.

No início de 2014, quando o secretário do ambiente foi exonerado devido a um racha entre os políticos filiados ao Partido dos Trabalhadores (PT) e ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) na gestão do governador Sérgio Cabral

⁹ O número de membros variou durante o trabalho de campo. Para saber a função que cada um exercia dentro do Elos, ver Boniolo (2014).

(PMDB), aumentaram as incertezas sobre a continuidade das atividades do Programa Ambiente em Ação. Todavia, com novas articulações, foi possível manter a existência do Elos da Diversidade até o prazo final previsto. O projeto de criação do Espaço Sagrado da Curva do S, no entanto, continuou apenas no papel.

Criando regras para quem: os homens ou as deidades?

Políticas públicas podem ser compreendidas como um meio pelo qual os representantes do poder público administram os conflitos e respondem às demandas por direitos. Tornam-se, portanto, um meio de intervenção com objetivos previamente definidos, visando garantir os direitos constitucionais de um determinado grupo ou da população em geral. Podem ser vistas, ainda, como um espaço favorável para que os grupos que disputam acesso aos bens e aos recursos do Estado legitimem suas demandas, como temos visto com o Elos da Diversidade¹⁰. Contudo, para que seu fim seja alcançado, é preciso lidar com a linguagem do Estado, isto é, a burocracia.

Goody define burocracia como a “especificação de atividades administrativas numa organização concreta” (1987, p. 109). Em seus diversos trabalhos, o autor busca demonstrar como o crescimento da burocracia e a escrita estão diretamente relacionados entre si, bem como os efeitos que a escrita provoca à própria organização da sociedade (GOODY, 1987).

Para o autor, diversas modalidades de escrita estiveram ligadas ao desenvolvimento de sistemas de governos “mais amplos, mais abstratos e mais despersonalizados” (GOODY, 1988, p. 26), em contraposição às situações em que os contatos pessoais predominavam. Nessa direção, o autor afirma que a escrita não somente influenciou as relações entre os indivíduos, mas também a possibilidade de “armazenar”, “analisar”, “criticar”, “inspecionar”, “manipular”, “ordenar”, “reordenar”, “classificar”, “hierarquizar”, “categorizar”, “enumerar”, “generalizar”, “criar”, entre outros, conhecimento e informação na medida em que estimula modificações na atividade cognitiva (GOODY, 1988).

Se a escrita tende a impessoalizar e individualizar as relações, conforme apontou Goody (1987), os rituais com o uso de alimentos e bebidas visam, por outro lado, a

¹⁰ Cabe sublinhar que essa relação não é uma característica apenas dos religiosos afro-brasileiros. De acordo com Vital da Cunha e Lopes, na formulação da Constituição de 1988, representantes de igrejas pentecostais se uniram para assegurar a disputa no campo político, momento em que os católicos passaram a atuar em frentes parlamentares (VITAL DA CUNHA; LOPES, 2012).

personalizar e a reafirmar o caráter coletivo entre os religiosos e destes com as divindades. Entretanto, não parto da ideia tipológica de que a escrita constitui uma prática da burocracia racional weberiana (WEBER, 1979) em oposição à lógica da oralidade, baseada em relações patrimonialistas. Compartilho com Miranda (2005) que para entender o funcionamento do Estado, ou nesse caso, das políticas públicas, é preciso identificar as dinâmicas presentes em um complexo sistemas de relações entre pessoas (RADCLIFFE-BROWN, 1970). No entanto, ressalto que, quando se trata de políticas públicas envolvendo as religiões afro-brasileiras, é preciso identificar as relações também com as divindades.

Nas religiões afro-brasileiras, as oferendas estabelecem relações entre homens e divindades e estão presentes desde os ritos de iniciação até os ritos mortuários. Contudo, as oferendas destinadas aos deuses não são realizadas de modo aleatório, como observaram Mauss e Hubert (2009). Estas obedecem a um conjunto de prescrições que respeitam as preferências de cada divindade. Para conhecê-las, é preciso consultar o oráculo que irá orientar o processo de preparação e realização das mesmas (VOGEL; MELLO; PESSOA DE BARROS, 2012) ou seguir as orientações das próprias entidades (NEGRÃO, 1996). Nesse sentido, para que haja qualquer tentativa de modificação das práticas, as deidades afro-brasileiras precisam estar de acordo.

Nesse processo de tentativa de implementação do Espaço Sagrado da Curva do S, a escrita teve um papel muito central e, de certa forma, controversa, contrapondo-se em diversas situações à organização social das religiões afro-brasileiras, baseadas, sobretudo, na oralidade. Ademais, a oralidade, em algumas situações, sobressaía-se à própria delimitação do espaço sagrado e do tempo, como veremos.

Como política pública objetivava à criação de regras a fim de padronizar o acesso e o uso do espaço a todos que procurassem o lugar para realizar seus ritos religiosos, porém os membros do Elos enfrentavam o desafio de ordenar o que a princípio “não teria como ser ordenado”, posto que a maior parte das oferendas são realizadas seguindo as instruções das deidades. Não obedecer ao modo de agir e fazer sinalizados por eles pode implicar em infortúnios que nenhum filho de santo quer estar sujeito (VOGEL; MELLO; PESSOA DE BARROS, 2012). Desse modo, as divindades possuíam uma centralidade que não poderia ser ignorada nas atividades e metas, embora a presença delas não fosse explicitada, ou como sinaliza Goody (1988), escrita no projeto.

A agência dos não-humanos apontada por Latour (2000) ajuda a compreender não apenas a presença destes na construção das *associações*, como também a interferência deles na vida das pessoas e das políticas públicas. O sucesso ou o fracasso nas reformulações das práticas religiosas, bem como na criação do Espaço Sagrado estão igualmente relacionados a eles. Contudo, a ênfase dada pelo autor às associações a fim de “nivelar” os vínculos entre humanos e não-humanos, buscando fugir das relações hierárquicas características da análise do social, não nos permite conhecer de fato como são estabelecidas as interações entre homens e deuses.

O candomblé, por exemplo, é uma religião hierárquica e iniciática. Isso significa que o conhecimento sobre o culto é revelado aos poucos a partir de ritos que demonstram os segredos e que marcam a vida do iniciado dentro da religião (CASTILLO, 2010; SILVA, V., 2006). Uma vida plena na religião significa reconhecer que os homens estarão sempre subordinados aos deuses, tendo em vista que foram eles os criadores dos homens. No entanto, isso não inviabiliza a contribuição de Latour para entender a agência das deidades, dado que os próprios “encontros” que marcavam a constituição do Elos eram atribuídos à ação dos guias e dos orixás.

A presença constante das divindades, seja ao colocar as pessoas uma no caminho da outra, seja nas consultas para saber o rumo do projeto a ser tomado, indica que é preciso conhecer o funcionamento das religiões para conseguir um diálogo mais próximo dos religiosos. Como os coordenadores possuíam vínculos com a umbanda e com o candomblé, sabiam que uma das formas para ampliar a discussão e legitimar a necessidade de se criar as regras de uso era por meio dos religiosos “mais velhos”. Para isso, organizaram encontros que tinham por finalidade conhecer os valores e os princípios presentes nas religiões a partir da perspectiva dos sacerdotes considerados “detentores da tradição”.

O intuito era nortear um texto “técnico-religioso” que seria apresentado aos funcionários do parque e aos demais interessados durante a oficina que discutiria as diretrizes e normas do uso da Curva do S. Como vimos, por estarem situadas no entorno de uma unidade de conservação e serem cogeridas pelo parque, as atividades realizadas não poderiam comprometer os recursos daquele local. O desafio dos membros do Elos era criar normas para o uso do lugar sem comprometer o sigilo das cerimônias e dos rituais.

As reuniões com os “mais velhos” aconteciam nas próprias casas e terreiros dos sacerdotes. Após dar as boas-vindas aos presentes, os anfitriões entoavam cânticos às deidades, como é comum no início de todas as cerimônias religiosas.¹¹ Os encontros serviam para reencontrar pessoas, além de apresentar os resultados alcançados e os próximos passos pretendidos pela equipe. A conversa era iniciada por algum dos membros do Elos e, a partir das histórias contadas pelos “mais velhos”, esperava-se preparar um texto baseado nas recomendações dos guardiões sobre os comportamentos adequados dentro de um espaço sagrado.

Posteriormente, estas recomendações seriam trabalhadas pela advogada contratada para essa etapa do projeto. A função desta era dar um caráter jurídico às recomendações, isto é, dotar o texto de um caráter mais geral, universal e impessoal (GOODY, 1988).

Na primeira reunião, a conversa entre os coordenadores do Elos e os guardiões ficou centrada na preparação que o religioso precisava seguir para participar dos rituais, tais como: evitar o consumo de bebida alcoólica, resguardo de sexo e a roupa apropriada. Este último ponto animou a conversa entre os participantes que alternavam entre as lembranças de como “era antigamente” e como “é hoje em dia”. Em meio às recordações, comentavam as mudanças e adaptações que ocorreram desde os tempos de juventude ou de quando foram iniciados. No entanto, sempre faziam questão de enfatizar a oralidade e a hierarquia como pontos centrais das religiões, apesar das mudanças ocorridas ao longo de suas trajetórias de vida. As narrativas apresentadas, além disso, eram um modo de criar distinção entre aqueles que fazem a prática “corretamente” e aqueles que eram acusados de “poluidores”.

Dessa maneira, contar uma história ou um mito servia não somente para validar o *status* dos sacerdotes, como também para desconsiderar a prática dos outros a partir de um discurso centrado na relação da religião com a natureza. Nessa perspectiva, podemos pensar os mitos ou histórias narradas pelos sacerdotes como um meio de exaltar os valores compartilhados dentro do grupo, sem necessariamente visar a mudanças nas relações (DARNTON, 1986).

Os mitos, como afirmou Leach (1996), seriam afirmações sobre as relações sociais, podendo ser alteradas de acordo com o público. Era muito comum, nessa direção, que em

¹¹ Diferente, no entanto, dos cerimoniais dos órgãos públicos.

todos os relatos fossem ressaltados a vinculação da religião com a natureza: “costumo dizer que umbandista e candomblecista já são verdes por natureza porque não se faz nada sem banho, não se faz nada sem erva, é tudo baseado em erva”, como disse um dos guardiões em um evento realizado no Parque Nacional da Tijuca.

Para reforçar o argumento da guardiã, outro sacerdote fez um “pequeno adendo” afirmando que é:

A religião mais corretamente ecológica (...). Nós somos os verdadeiros defensores do meio ambiente porque os nossos orixás estão aí fora nessa natureza linda, na água da cachoeira, naquelas pedras, nas folhas, na terra (membro do Elos da Diversidade durante a Oficina de Plantas Medicinais da Mata Atlântica realizada no Parque Nacional da Tijuca).

As reuniões e os encontros que se apresentavam na forma de conversa seguia o modo como o saber é comumente transmitido nestas religiões. O conhecimento, segundo Silva (2006), é construído lentamente, pelos ensinamentos, pela repetição das ações dos “mais velhos” e pela narração dos mitos. Nas religiões afro-brasileiras, a palavra do sacerdote é muito valorizada, tanto por sua experiência no culto quanto pela leitura do jogo de búzios. É por meio da fala do pai ou mãe de santo que o religioso ou cliente¹² saberão o que as deidades determinam que seja feito. Nos encontros com os integrantes do Elos, quando os “mais velhos” falavam, eles só eram interrompidos por outros “mais velhos”; os demais ficavam completamente em silêncio, prestando atenção no que era dito.

Segundo Goody (1988), a oralidade por ser mais flexível está mais aberta às mudanças nas crenças e práticas. Por conseguinte, é possível de acordo com o público que os discursos sejam adaptados, mesmo se apresentando de forma contraditória (LEACH, 1996). O pensamento mítico, portanto, possibilita com mais maleabilidade a sua conformação com os significados e sentidos de um tempo presente. Permite ainda fazer uma leitura do passado com um olhar presentista, por isso há a viabilidade de ser manipulado, mesmo que inconscientemente, para responder questões que são colocadas no dia a dia (GOODY, 2012), como o conflito motivado pelas oferendas em uma unidade de conservação.

¹² A principal diferença sinalizada pelos meus interlocutores é a de que o cliente procura a religião apenas em momentos de crise de vida. Diferente do religioso que cumpre os ritos dentro dos períodos e de acordo com os procedimentos estabelecidos pela deidade e pelo sacerdote.

Em contrapartida, os integrantes do Elos apontavam que as leituras de simpatias na *internet* e as consultas com “sacerdotes que não são sérios” levava os “simpatizantes” à realização das práticas de uma forma “errada”, isto é, a deixar plástico na natureza, quebrar garrafas, acender velas nos troncos das árvores, usar uma grande quantidade de elementos nas oferendas, etc. A escrita, nesse sentido, seguia de encontro ao que meus interlocutores indicavam como um dos pilares da religião, que seria “ouvir atentamente os mais velhos”.

Ouvir, entretanto, não está relacionado apenas com a audição, mas com a prática e com a experiência, valorizando percepções sensoriais que não são descritas nem pela escrita, nem pela oralidade. E, ainda, constitui-se como um modo de controlar o acesso aos fundamentos da religião pelos demais membros ou para o público externo (CASTILLO, 2010).

Essa escuta demanda um tempo diferente daquele da política pública. Os planos, programas, atividades e ações possuem um tempo definido antecipadamente a partir de um cronograma. Cada etapa possuía uma duração calculada em dias e, ao final, um relatório precisando o que foi executado e justificando o que não foi cumprido. Consoante Bourdieu (2014 [1989-1990]), o estabelecimento de um tempo público como o calendário foi uma das primeiras medidas das burocracias civis. Para o autor, a organização da temporalidade é fruto de uma “lógica da integração moral” que dota as pessoas das mesmas “categorias de pensamento, de percepção e de construção da realidade” e de um “certo número de valores” (BOURDIEU, 2014, p. 31). Assim, organizaríamos nossa vida privada a partir de uma temporalidade pública ordenada pelo Estado. Reafirmando, desse modo, a ligação da escrita com o Estado, assim como já havia assinalado Goody (1987; 1988).

Por outro lado, essa temporalidade marcada pela escrita não suprime outras temporalidades. As etapas e os prazos do Elos chegaram ao fim em 2014 e as obras do Espaço Sagrado não começaram. Embora num primeiro momento o fim do Programa Ambiente em Ação anunciasse a não realização das obras e das regras de uso, etapas que inicialmente foram colocadas como os pontos centrais, os sacerdotes que faziam parte do grupo lembravam aos demais que o tempo dos orixás era outro: “o que seria 17 anos para eles? Nada”, como afirmou um dos coordenadores do Elos. Desse modo, contentavam-se com os resultados alcançados, tais como: a ampliação do debate sobre a relação das deidades com a natureza, o respeito aos direitos dos religiosos, a formação de um grupo e

os trabalhos científicos que foram gerados no período, como a minha dissertação (BONIOLO, 2014).

A delimitação do Espaço Sagrado da Curva do S é ainda outra forma de pensar os contrastes e as articulações entre a escrita e a oralidade a partir das ações dos membros do Elos. Enquanto a escrita demarca os setores e os usos do parque por meio de mapas, croquis, quadros e listas, a oralidade ultrapassaria as fronteiras. Assim, circunscrever as oferendas a um único local, como propunham os funcionários do PNT, não fazia sentido aos olhos dos religiosos que viam o parque em si como um local favorável às práticas religiosas, quer pelos elementos naturais encontrados, quer pela facilidade no acesso, quer pela indicação dos sacerdotes e divindades, quer por considerar a natureza morada deles. Não obstante, a implementação do Espaço Sagrado da Curva do S pelo governo estadual era vista pelos participantes do Elos como uma forma de os demais representantes do Estado legitimar e reconhecer os direitos de uso da natureza pelos religiosos afro-brasileiros.

Se a escrita leva à individualização e à universalidade do saber por promover a interpretação e a apropriação do conhecimento que antes eram acessíveis apenas a alguns (GOODY, 1987), sob outra perspectiva, o deslocamento espacial-temporal proporcionado pela oralidade favorece o estímulo às mudanças nas práticas religiosas e a possibilidade de reivindicação de outros “espaços sagrados” na cidade do Rio de Janeiro. Se a oralidade demarca a construção da compreensão da religião e, à vista disso, realça a hierarquia dentro das religiões afro-brasileiras; tende, de outro lado, continuamente a se reatualizar, atribuindo respostas às questões em que os religiosos são instados a se manifestarem. A escrita e a oralidade, juntas, conferiam dinâmica às ações dos membros do Elos da Diversidade.

Ao esboçar as regras, os integrantes do Elos conseguiram dar respostas aos demais representantes do poder público e aos funcionários do parque no tocante à presença das oferendas dentro do Parque Nacional da Tijuca. As recomendações não viraram regras, mas foram objetificadas em placas fixadas na Curva do S, escritas em português e inglês, “orientando” os “seres humanos” a proteger o “solo de Omulu e Intotô”, as “águas de Oxum” e as “árvores e matas de Oxossi”. Mais do que uma orientação, os letrados salientavam os conselhos das deidades: “Oxossi, orixá das matas e os caboclos, protetores das florestas,

aconselham: fogo e folha não combinam. Não acenda velas que possam pôr em risco as matas”.

Ainda que alguns integrantes do Elos se sentissem frustrados pelos “poucos avanços”, eles conseguiram dar visibilidade à discussão das oferendas dentro de uma unidade de conservação e aos direitos de acesso dos religiosos à natureza para as práticas rituais, obrigando tanto os funcionários quanto os demais representantes do poder público a se posicionarem quanto à demanda.

Da mesma maneira, ao acentuar a vinculação das deidades aos elementos da natureza, enfatizando a necessidade de se repensar os elementos das oferendas, forçavam os religiosos a dar um retorno às argumentações de que as oferendas poluem a natureza. Com isso, envolviam não somente os religiosos, mas as próprias deidades; por isso, a ligação dos membros do Elos com as religiões afro-brasileiras tornou-se um fator que contribuiu para o reconhecimento do projeto, em razão de conhecerem os valores presentes nos cultos.

Considerações Finais

Os membros do Elos da Diversidade, que possuíam vínculos ou “empatia” com as religiões afro-brasileiras, tinham o desafio de tornar o Espaço Sagrado receptivo a todos que se dirigissem ao local, respeitando os princípios do culto sem revelar os segredos que perpassam toda a construção das identidades dos religiosos e da própria religião e, ao mesmo tempo, terem suas ações legitimadas pelos religiosos de fora do grupo. Além disso, como parte de uma política pública que visava à promoção da “sustentabilidade ambiental”, deveriam se posicionar institucionalmente para administrar o conflito entre funcionários do Parque Nacional da Tijuca e religiosos.

Quando alguns membros do Elos diziam que era fundamental estabelecer regras de uso do Espaço Sagrado, uma vez que se trata de uma área que integra uma unidade de conservação, outros diziam que “o Estado” ao criá-las estaria interferindo nas práticas dos cultos. Nesse sentido, a criação de regras era um dos pontos polêmicos do projeto, principalmente por parte dos religiosos que não eram membros do Elos que questionavam se as regras seriam direcionadas aos religiosos ou às divindades.

Os discursos daqueles favoráveis e dos contrários ao uso da natureza, mesmo que contraditórios, auxiliam na compreensão do processo pelo qual os religiosos são impelidos

a dar respostas às exigências do campo ambiental. Enquanto de um lado os contrários utilizam o saber científico para afirmar que a oferenda polui as florestas e cachoeiras; de outro, os favoráveis valem-se da construção de um diálogo entre a religião e a universidade para mostrar como os religiosos podem contribuir para a preservação dos recursos ambientais, enfatizando a sacralidade da natureza.

A presença de professores universitários e de representantes de Estado, que dominavam tanto o discurso religioso quanto o científico, fazia com que aqueles contrários às oferendas no parque, os quais não consideravam o Espaço Sagrado da Curva do S uma demanda legítima, fossem obrigados a se posicionar, explicitando o conflito. Por outro lado, os religiosos que participaram do projeto incorporaram palavras como sustentabilidade, natureza, preservação, ecologia, para citar algumas, em seus vocabulários. Assim, os religiosos (e as divindades) tornaram-se mais um ator disputando a legitimidade para falar sobre a natureza, ao mesmo tempo em que reivindicavam o uso da natureza para as suas práticas religiosas.

Nesse processo, a reflexão sobre o uso da escrita e da oralidade nos permite perceber como as ações foram construídas ao buscar privilegiar todas as demandas. Enquanto a escrita produzia estruturas mais sólidas que poderiam ser contestadas, a oralidade se moldava às requisições de preservação ambiental. Nessa dinâmica, os membros do Elos conseguiram atender aos constrangimentos por parte dos funcionários do parque demonstrando que os religiosos tinham a contribuir na preservação da natureza, ao explicitar que as “práticas erradas” se imputavam ao desconhecimento da relação da religião com a natureza e que, por isso, desenvolviam ações de educação ambiental, como os mutirões de limpeza da Curva do S e oficinas, com o propósito de incentivar a discussão sobre a reformulação das oferendas. Conseguiram, ainda, envolver os religiosos, sobretudo os “mais velhos”, nas ações do projeto ao ressaltar a importância das deidades afro-brasileiras e dos valores que organizam as religiões.

Ao longo do texto, busquei descrever as interações entre os atores que participaram da elaboração do projeto de construção do Espaço Sagrado da Curva do S, centrando nas ações do Elos da Diversidade. Utilizei a relação entre a oralidade e a escrita para pensar as particularidades em se elaborar e executar políticas públicas para religiosos afro-brasileiros. Tal relação permitiu-me compreender melhor como as ações do Elos anunciavam mudanças no campo ambiental e nas práticas das religiões.

Na disputa por acesso ao espaço público, descrever como era a dinâmica entre a oralidade e a escrita contribuiu para entender as relações nos/entre grupos, tanto naqueles que demandavam ações ao poder público, quanto naqueles que respondiam às reivindicações, assinalando o caráter dinâmico entre demandas e respostas. Se no início as reivindicações se dirigiam aos impedimentos de acesso e uso do parque, bem como à construção do Espaço Sagrado, aos poucos foram transformadas em ações que buscavam responder a outras demandas, como a preservação ambiental. Dessa forma, os membros do Elos não conseguiram ordenar o que a princípio não poderia ser ordenado, mas foram capazes de, pelo menos, orientar as práticas por meio de placas, atendendo aos religiosos e aos ambientalistas.

Referências bibliográficas

- BONIOLO, Roberta Machado. *“Um tempo que se faz novo”*: o encantamento de uma política pública voltada à regulamentação dos rituais de religiões afro-brasileiras. Dissertação – Mestrado em Antropologia. Niterói: PPGA/UFF, 2014.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre o Estado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- CARVALHO, José Jorge de. Um espaço público encantado. Pluralidade religiosa e modernidade no Brasil. *Série Antropologia*, Brasília, n.249, p.2-22, 1999.
- CASTILLO, Lisa Earl. *Entre a oralidade e a escrita*: a etnografia nos candomblés da Bahia. Salvador: EDUFBA, 2010.
- CORREIA, Norton F. A cozinha é a base da religião: a culinária no batuque do Rio Grande do Sul. In: CANESQUI, A. M; DIEZ GARCIA, R. W. (Org.). *Antropologia e Nutrição*: um diálogo possível. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005, p.69-85.
- COSTA, Lara Moutinho. *A Floresta Sagrada da Tijuca*. Estudo de Caso de conflito envolvendo uso público religioso de Parque Nacional. Dissertação - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- DARNTON, Robert. Histórias que os camponeses contam: o significado da Mamãe Ganso. In: _____. (Org). *O grande massacre de gatos e outros episódios da História Cultural Francesa*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1986.
- GOODY, Jack. “Literatura” oral ; Criatividade oral; A memória escrita e a memória oral: a importância do “lecto-oral”. In:_____. (Org). *O mito, o ritual e o oral*. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.
- _____. *Domesticação do pensamento selvagem*. Lisboa: Editorial Presença, 1988
- _____. *A lógica da escrita e a organização da sociedade*. Lisboa: Edições 70, 1987.

- LATOUR, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.
- LEACH, Edmund. O mito como justificação do faccionarismo e da mudança social. In: _____. (Org). *Sistema Políticos da Alta Birmânia*. São Paulo: EdUSP, 1996.
- MAUSS, Marcel; HUBERT, Henri. Ensaio sobre a natureza e a função social do sacrifício. In: *Ensaio de Sociologia*. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- MIRANDA, Ana Paula Mendes de. Antropologia, Estado Moderno e Poder. *Avá* (Posadas), Posadas, Misiones, v. 7, p. 128-146, 2005.
- NADALINE, Ana Paula. *Comida de santo na cozinha dos homens: um estudo da ponte entre alimentação e religião*. Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.
- NASCIMENTO, Graça. Projeto Religião e Meio Ambiente. In: I Seminário de Educação, Cultura e Justiça Ambiental: Meio Ambiente e espaços sagrados no contexto das unidades de conservação. Rio de Janeiro, 2006.
- NEGRÃO, Lísias. *Entre a cruz e a encruzilhada*. Formação do campo umbandista em São Paulo. São Paulo: EDUSP, 1996.
- PLANO DE MANEJO. *Parque Nacional da Tijuca*. Rio de Janeiro, 2008.
- PRANDI, Reginaldo. Deuses africanos no Brasil: uma apresentação do candomblé. In: _____. (Org). *Herdeiros do Axé*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- ORO, Ari Pedro. The sacrifice of animals in afro-brazilian religions: analysis of a recent controversy in the brazilian state of Rio Grande do Sul. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v.25, n.2, 2006.
- RADCLIFFE-BROWN, Alfred. Preface. In: FORTES, M. & EVANS-PRITCHARD, E. E. (eds.). *African Political Systems*. Oxford: Oxford University, 1970.
- RENOU, Mariana V. *Oferenda e Lixo Religioso: como um grupo de sacerdotes do candomblé angola de Nova Iguaçu “faz o social”*. Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2011.
- SANTOS, Eufrázia. Religião e Espetáculo: análise da dimensão espetacular das festas públicas do candomblé. Tese – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- SILVA, Marina Barbosa e. “Orixás, guardiões da ecologia”: um estudo sobre conflito e legitimação das práticas religiosas afro-brasileiras em Porto Alegre. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- SILVA, Vagner Gonçalves da. *O antropólogo e sua magia: trabalho de campo e texto etnográfico nas pesquisas antropológicas sobre religiões afro-brasileiras*. 1.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

- _____. As esquinas sagradas: o candomblé e o uso religioso da cidade. In: MAGNANI, J. G.; TORRES, L. L (Org.). *Na metrópole: textos de antropologia urbana*. São Paulo: EdUSP, Fapesp, 2000.
- VITAL DA CUNHA, Christina; LOPES, Paulo Victor Leite. *Religião e Política: uma análise de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich, 2012.
- VOGEL, Arno; MELLO, Marco Antonio da Silva; BARROS, José Flávio Pessoa de. *A galinha d'angola: iniciação e identidade na cultura afro-brasileira*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Pallas, 1998.
- WEBER, Max. Burocracia. In: _____. (Org). *Ensaios de Sociologia*. 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. (Biblioteca de Ciências Sociais).

autora

Roberta Machado Boniolo

É graduada em ciências sociais, mestra e doutoranda em Antropologia pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Federal Fluminense. Também é membro do grupo de pesquisa Antropologia das Burocracias e da Mobilização Social e do Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (INCT-InEAC).

Recebido em: 16/03/2016

Aceito para publicação em: 20/08/2017